

O ESPAÇO RURAL E OS REFLEXOS DA ECONOMIA GLOBAL

Sergio Fajardo

sergiofajardo@hotmail.com

Professor do Departamento de Geografia - UNICENTRO
(Guarapuava - PR) / Doutorando

RESUMO

O presente artigo visa estabelecer uma discussão inicial relativa aos reflexos de uma economia global nas atividades rurais em termos locais. Para isso, aborda a territorialidade resultante da ação de grandes empresas ligadas às atividades agropecuárias e agroindustriais utilizando como exemplo o caso de grandes multinacionais (como as *tradings* agrícolas) e também cooperativas agropecuárias que atuam diretamente com commodities agrícolas em desde o processo de produção até a comercialização e industrialização dos grãos. Nesse sentido, destaca-se a forte presença dessas empresas em Estados como o Paraná onde o dinamismo do chamado “agronegócio” é uma das marcas dos discursos e ações governamentais das políticas de desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Espaço Rural, Economia Global; territorialidade econômica; desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This article aims to establish an initial discussion on the consequences of a global economy in rural activities in local terms. To do this, here is focused on territoriality resulting from the action of large companies related to agricultural and agro industrial activities using the example of large multinationals (such as agricultural trading companies) as well as agricultural cooperatives who work directly with agricultural commodities from the production process to commercialization and industrialization of grain. In this sense, the strong presence of firms in states such as Paraná, where the dynamism of the agribusiness is one of the hallmarks of the speeches and actions of government development policies.

Keywords: Rural Área; Global economy, economic territory, regional development.

INTRODUÇÃO

A discussão aqui colocada fundamenta-se na análise de elementos teóricos que embasam a investigação do papel de grandes empresas no espaço rural. A pesquisa no Doutorado em Geografia da UNESP – Campus de Presidente Prudente, concluída em 2007, propunha justamente avaliar a territorialidade econômica do espaço rural utilizando-se alguns casos das empresas que possuem participação mais significativa no território paranaense. No caso pesquisado durante o doutoramento, foram selecionadas Bunge, Cargill, Coamo e Cocamar. Entretanto, não faz parte desse artigo os casos específicos dessas empresas, pois ele abrange uma discussão geral no sentido de indicar os delineamentos do estudo e apontar para alguns desdobramentos. Ademais, o texto também engloba uma parte da discussão teórica da pesquisa intitulada “Dinâmica do setor agroindustrial no Paraná a partir da perspectiva territorial”, cujo projeto tem apoio da Fundação Araucária e o período desenvolvimento da mesma ocorre entre os anos de 2009 e 2011.

Quando se constata a existência de relações econômicas globais que acabam por controlar ou direcionar as atividades produtivas locais, pode-se afirmar que em parte a autonomia regional é enfraquecida. De modo cada vez mais intenso, as estratégias empresariais tem a referência global do mercado e a própria divisão territorial do trabalho, atualmente, é orquestrada segundo a ordem global. Do ponto de vista geográfico, a confirmação da territorialidade exercida pelos capitais multinacionais na produção agropecuária e agroindustrial impele a pesquisa nos vários âmbitos que abrangem a Geografia Econômica, Agrária e Regional a investigar as transformações espaciais ocorridas e os papéis de cada agente e atores presentes.

Recebido em 13/01/2010
Aprovado para publicação em 23/08/2010

Sob a égide do capital monopolista constituíram-se as várias transnacionais do ramo agrícola. Com a modernização das atividades produtivas, o advento de novas tecnologias e hábitos e padrões de consumo, consolida-se um modelo na estrutura da indústria agroalimentar extremamente concentrado. O processamento de produtos agrícolas como soja e milho passa a ser concentrado por poucas grandes empresas multinacionais, o que leva a caracterização da conotação oligopolista do setor agroindustrial no Brasil.

Por outro lado, empresas do ramo cooperativista (as chamadas multicooperativas) assumindo a forma de “cooperativas agroindustriais” passam a concorrer com as grandes *tradings* agrícolas nos mercados regional e global.

O processo de globalização econômica representa o momento em que se alcança o ápice da internacionalização do mundo capitalista (SANTOS, 2002, p. 24). Estão presentes, nessa fase, elementos técnicos e políticos articulados a uma capacidade jamais vista de fluidez das decisões e informações, onde a velocidade atua em prol dos interesses dos “agentes” globais.

A intensidade das transformações a partir da retomada da expansão capitalista após a Segunda Grande Guerra Mundial levou a uma realidade onde o capital perde a nacionalidade, e sua reprodução em escala internacional acaba por definir também as condições dos movimentos e das formas da reprodução nacional (IANNI, 1997, p. 45). Tal característica permitiu que se desenvolvesse a idéia de uma economia globalizada que daria às empresas internacionais, (personificadas no mercado) um forte poder de decisões de investimentos em detrimento dos estados nacionais enfraquecidos. Essa tem sido a visão adotada por aqueles que reconhecem nas políticas neoliberais as propagadoras do discurso global.

A eliminação real, para o fluxo de capitais, das fronteiras jurídicas e a liberdade de transferência da moeda equivalente ao dólar, contribuiu para o fortalecimento do capital financeiro. Com isso, os particularismos, que eram obstáculos para a constituição dos territórios nacionais, permanecem nos níveis do cidadão que se desloca e não do fluxo de capitais. (SPOSITO, 2004b, p. 19).

É óbvio que as relações econômicas se internacionalizaram a ponto de poder se afirmar que a produção econômica mundial gira em torno da atuação estratégica de grandes empresas multinacionais e grupos econômicos. Auxiliada por um aparato tecnológico cada vez mais eficiente (que inclui infra-estrutura de transportes, telecomunicações e transmissão de informações) a economia internacionalizada é associada com um enfraquecimento de atividades específicas de um local e menor dependência local que levaria à desterritorialização (STORPER, 1994, p. 13-14).

Essa perspectiva econômica de desterritorialização tem sido utilizada como sinônimo da própria globalização (HAESBAERT, 2004, p. 173), e comumente adotada no sentido de explicar a independência dos fluxos comerciais, financeiros e de informações na formação de um mercado mundial. Resta refletir se as novas configurações territoriais resultantes da seletividade e exclusão de áreas pelo capital global não representariam o oposto, ou seja, redefinições oriundas das funcionalidades e especializações produtivas da divisão territorial do trabalho.² Por outro lado, a internacionalização pode sustentar a territorialização em certos aspectos, como afirma Storper (1994, p. 15):

[...] não se trata de as atividades localizadas fora do seu país de origem serem necessariamente desterritorializadas, como muitas vezes se supõe na literatura sobre o assunto, pois se uma atividade internacionalizada é atraída para recursos específicos localizados em outro país, é internacionalizada, mas fortemente territorializada; muitas pesquisas recentes sobre investimentos estrangeiros diretos sugerem que é precisamente isso que ocorre com atividades internacionalizadas de alto valor agregado. Não há, pois, nenhuma correspondência automática entre internacionalização e desterritorialização.

O conceito de território, em especial trabalhado pela Geografia, ganhou maior projeção e foi fortalecido com a internacionalização da economia e difusão das teorias da globalização (CASTRO, 1994, p. 160-161). Ao ampliar o conceito, ampliam-se as possibilidades de análise do espaço geográfico. A territorialidade de uma empresa transnacional, na ótica da economia globalizada, adquire uma lógica própria que foge ao controle das agências e dos governos nacionais.

² Tal discussão é pertinente também quando se trata de teorias e abordagens que propagam o pretense “fim” da região (HAESBAERT, 2002, p. 130-136).

A movimentação dos recursos e as alianças estratégicas entre as empresas realizam-se à mercê da instância nacional, como enfatiza Ianni (1997 p. 54-55):

As transnacionais organizam-se e dispersam-se pelo mundo segundo planejamentos próprios, geoeconomias independentes, avaliações econômicas, políticas, sociais e culturais que muitas vezes contemplam muito as fronteiras nacionais ou os coloridos dos regimes políticos nacionais.

No Brasil, a dinâmica territorial passou por profundas transformações nas últimas décadas, articuladas com novas estratégias financeiras, industriais e técnicas, que incluíam o projeto de reorganização espacial do governo militar instalado em 1964 (DIAS, 1996, p. 138-139).

A entrada maciça do capital internacional, com os investimentos iniciados no governo de Getúlio Vargas, mas principalmente no período de industrialização que inicia com o governo Juscelino Kubitschek e consolida-se durante a ditadura militar (1964-1984).

Tais transformações identificam-se com o processo de globalização, e este acaba afetando diretamente as atividades agropecuárias e agroindustriais. A difusão de certos padrões e hábitos de consumo por várias partes do mundo, a partir das áreas centrais do capital, induziu também o processo. Assim, o consumo interno no Brasil tinha que atender aos critérios de produção, que eram internacionais, trazidos das empresas que já vinham atuando desse modo em seus países de origem.

Os impactos da globalização no sistema agroindustrial podem ser traduzidos como um aprofundamento da internacionalização, em processo desde a década de 60, através da difusão do modelo de produção-consumo, centrado no processo protético e nas conseqüentes mudanças dos hábitos alimentares. Nos últimos anos, a internacionalização do sistema agroindustrial tem resultado numa crescente desnacionalização dos padrões de segurança alimentar, com um novo sistema de regulação por parte do Estado e uma crescente importância das grandes corporações enquanto agentes da mundialização e do *agribusiness*. (PAULA, 1997, p. 34).

O significado da presença cada vez mais forte desses capitais multinacionais investidos foi uma estruturação do território (também enquanto base espacial) fundada na seletividade. Inclusão e exclusão de áreas, já vinham sendo praticadas nas políticas públicas e na própria evolução econômica do país, que foi essencialmente concentradora no processo de “integração nacional” (a concentração da acumulação do capital em São Paulo é o maior exemplo).

Nesse sentido, a “economia global” sugere concomitantemente um processo de fragmentação, gerando essa geopolítica “inclusão-exclusão”, fato que demonstra a logística como uma das raízes do processo (BECKER, 2003, p. 291). No Brasil, onde os investimentos multinacionais concentrados setorial e espacialmente (ZEFERINO, 1991, p. 82), mesmo as indústrias “nativas” passam ao nível de competição internacional.

O setor agroindustrial, fundado na construção do complexo agroindustrial ou agronegócio, coloca as atividades agropecuárias num mercado oligopólico, onde algumas grandes empresas multinacionais dominam o setor. Sob a forte concorrência oligopólica, que exige competitividade em termos de inovações e tecnologias, as empresas de capital nacional lutam para manterem-se ativas e assim:

[...] fica bem caracterizada uma luta “interclasses”, ou seja, o que importa é a luta pelo mercado; uma luta desigual, por exemplo, entre burguesias nacionais e de países de 3º mundo contra grandes conglomerados transnacionais com suas sedes nos países desenvolvidos. E também entre “as grandes” em busca do monopólio do mercado [...] (ROCHA, 1990, p. 240).

Atualmente, temos a imensa maioria dos grandes grupos econômicos multinacionais atuando no Brasil (CARLEIAL, 2004, p. 18), fazendo com que a toda a estrutura produtiva (incluindo aí o agronegócio) esteja atravessada pela internacionalização.

Esse fato, além de preocupante, é no mínimo uma característica a ser avaliada. Seriam esses os caminhos que a economia nacional deve percorrer para atingir o almejado “desenvolvimento”? É complexo falar em uma estruturação autônoma da economia nacional num contexto onde a dispersão territorial dos investimentos independe de mecanismos internos de regulação (EGLER, 1998, p. 222-223).

Mas se a autonomia constitui a base do desenvolvimento, enquanto processo de auto-instituição da sociedade com vistas a uma maior liberdade e menor desigualdade num processo doloroso, mas fértil da discussão livre da coletividade (SOUZA, 2003, p. 105-106), a mesma jamais pode ser esquecida.

ESPAÇO RURAL BRASILEIRO, AGRICULTURA E AGRONEGÓCIO: CONFIGURAÇÕES E TERRITORIALIDADES

O espaço rural também sofre o impacto das transformações industriais. O capital internacional apresenta-se como propulsor de um mercado tecnológico voltado à agropecuária nos processos de modernização e industrialização do campo.

Tal fato pode ser constatado pela adoção do pacote tecnológico baseado em insumos agrícolas e técnicas de produção internacionais. O que difere o alcance dessas transformações industriais, do capital internacionalizado, processadas na agricultura é o momento em que o processo (política da industrialização por substituição das importações) é justamente o momento posterior em que é logrado, caracterizado por uma acomodação desses impactos resumidos na difusão da agropecuária moderna no território brasileiro.

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a reunificação agricultura-indústria num patamar mais elevado que do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1 para a agricultura no país. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.32).

A indústria agroalimentar (ou agroindústria) também se mobiliza na reestruturação a partir dos anos de 1970, apesar de ter sido “incluída” posteriormente, enquanto setor, aos propósitos dos investimentos multinacionais em industrialização. E voltando ao tema: “logística”, do ponto de vista geográfico, a formação de pólos e cadeias alimentares (com forte participação de indústrias multinacionais) concretizou um espaço rural integrado ao urbano-industrial na lógica da produção econômica conjunta.

Na fase pós-fordista despontam como pólos dinâmicos de crescimento na cadeia agroalimentares segmentos de logística e distribuição. A logística, que normalmente era interna a empresa, passa a ser um elo independente na cadeia de produção e toma para si a função de unir produtores e fornecedores no menor tempo possível seja qual for a distância geográfica. A distribuição, por sua vez, por estar em contato direto com a demanda, permite uma aferição imediata das tendências de consumo determinando o perfil da oferta. Estes dos elos da cadeia têm aumentado paulatinamente o seu espaço, seja através de maior porcentagem de valor agregado recebido ou seja pelo seu poder de determinar estratégias á montante e á jusante. (BELIK, 1994, p. 124-125).

Na década de 1980, a intensificação das relações intersetoriais no Complexo Agroindustrial brasileiro, faz com que a agricultura passe a subordinar-se amplamente à dinâmica dos capitais (FAJARDO, 2000, p. 11). Sendo que a unidade das diversas atividades dos complexos agroindustriais é alcançada pela regulação macroeconômica mais geral, interligando as atividades técnica e financeiramente (KAGEYAMA, 1987, p. 11).

Essas modificações, produzidas por uma dinâmica econômica sobre o espaço rural, acabam refletindo diretamente nas paisagens regionais. As fronteiras agrícolas e projetos governamentais atestam uma evolução na ocupação territorial Um exemplo interessante é o avanço da fronteira na Amazônia a partir dos anos de 1970, transformando o aspecto regional, como lembra Egler (1998, p. 228-229):

Atuando sobre vastas áreas desabitadas, o planejamento autoritário produziu uma regionalização excludente e expressa na tentativa de delimitar territórios para atuação de empresas mineradoras e agropecuárias, áreas de garimpo e pequenas e médias propriedades agrícolas e reservas indígenas e florestais.

Vale ressaltar, a partir do exposto, que se a economia está articulada e estruturada em fortes ligações entre setores e inter-relações entre capitais de diversas origens, os espaços, obviamente, sofrem interferências, pois, relacionando-se uns com os outros, criam laços de inter-dependência entre os mesmos. “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo seu alcance” (SANTOS, 1997a, p. 54).

Isso quer dizer que o alto nível de eficiência produtiva e comercial de um “agronegócio”³ no Centro-Sul pressupõe que a expansão das atividades mais “primárias” (a exploração direta da agricultura capitalista “moderna” ou a pecuária, por exemplo) da agropecuária sejam buscadas em outras regiões ainda não ocupadas totalmente (como no caso citado da Amazônia).

[...] as frentes pioneiras no Brasil contemporâneo associam-se sobretudo à ocupação da região Centro-Oeste e da Amazônia. É a ocupação periférica, onde o uso intensivo do território é moderno. Essas terras tornam-se aptas para uma agricultura cientificada de preferência a outro modo de produção agrícola, porque exigem acréscimos técnicos (irrigação, telecomunicações, transportes rápidos e eficientes), semoventes (tratores, máquinas de plantio e de colheita) e insumos ao solo (sementes criadas artificialmente para essas condições ambientais, fertilizantes), mas também informação (mapas específicos, previsão de safras) e dinheiro para responder às demandas de capital orgânico. (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 103).

Isso não significa que a seletividade seja reduzida, nem que a exclusão e marginalização de regiões permaneçam. No caso, o que há é um desenvolvimento normal das atividades necessárias para conjunto econômico.

Os investimentos e os movimentos de capitais aproveitam ao máximo as potencialidades de exploração onde quer que as encontrem. Entretanto, a ação coordenada de empresas (firmas, cooperativas, associações de empresas e mesmo o mercado) no território com vistas a expansão dos negócios, dependem da construção de sua estrutura concretizada na capacidade de reprodução das transações pretendidas. Como afirmam Siffert Filho e Favaret Filho (1998, p. 266):

Nesse contexto, são competitivas as firmas agroindustriais que conseguem estabelecervantagens competitivas sustentáveis, por meio de sistemas produtivos de alta *performance*. Em outras palavras, a competitividade de uma firma pode ser avaliada pela capacidade de ganhar e preservar parcelas do mercado. Para tal faz-se necessário maximizar as economias de escala (operar no nível mínimo do custo médio) de escopo (combinar na mesma planta produtiva mais de um produto e/ou serviço) e de transação (redução de custos de negociação).

Foi dessa maneira que desenvolveram regiões como o Centro-Oeste (pela exploração da soja nos cerrados). Focos de dinamismo são cada vez mais comuns (normalmente marginalizando áreas no seu entorno) no território brasileiro (THERY, 2001, p. 412-414).

O deslocamento de investimentos oriundos da região Sul do Brasil para o Centro-Oeste e outras áreas, como o sul do Maranhão e vários pontos do Nordeste, denominadas de “Centro-Oeste ampliado” por Lourenço (1998, p.4), incluem a expansão da produção de grãos, algodão, complexo carnes e têxtil-calçadista.

No geral, trata-se de uma migração de produtores e de capitais agroindustriais, impulsionados pela disponibilidade de grandes extensões de terra e matéria-prima, pelo baixo custo da mão de obra, pelos incentivos fiscais estaduais e, notadamente, pela possibilidade de diminuição dos custos de distribuição, devido à opção de escoamento da produção multimodal (basicamente fluvial e ferroviário) *vis-à-vis* a opção rodoviária. (LOURENÇO, 1998, p. 4).

Recentemente a expansão do Agronegócio tem originado verdadeiros pólos de crescimento, que constituiriam focos dos investimentos. São pontos encravados em áreas que incluem partes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, dinamizando os municípios atingidos. “São lugares que oferecem grandes extensões de terras agricultáveis e colecionam os mais recentes recordes de produtividade.

³ Autores como Delgado (1985), Graziano da Silva (1996), Kageyama (1987) e Müller (1989) adotam preferivelmente o conceito de “Complexo Agroindustrial” em suas análises. O chamado “Agronegócio”, ainda que esteja ligado a uma visão sistêmica econômica oriunda a tradução do termo em inglês, “agribusiness”, da escola de administração de Harvard (SIFERT FILHO e FAVERET FILHO, 1998, p. 267), portanto, no seio do “projeto” na expansão capitalista no campo, ou seja, no próprio capitalista que não difere as atividades agropecuárias dos demais empreendimentos para sua exploração (LOPES, 1981, p. 20-21), é utilizado aqui por conter maiores possibilidades de análise, mais restritas no caso do CAI, que para alguns autores está superado conceitualmente.

Que atraem principalmente multinacionais do setor. Que geram emprego e são referência de tecnologia de ponta". (SALOMÃO; SEIBEL, 2005, p.12).

Muitos dos produtores ali presentes são oriundos do Sul e buscam expandir a sua produção, direcionando-se para essas fronteiras, acompanhados pelas multinacionais⁴ que atuam no setor.

Tendo como "carro-chefe" para a expansão a produção de grãos (BRDE, 2003, p. 51), municípios como Basas Novas – MA, Luís Eduardo Magalhães – BA, Mineiros – GO, Primavera do Leste – MT, Rio Verde – GO, Santarém – PA, Sorriso – MT, Uruçuí – PI e Vilhena – RO (SALOMÃO e SEIBEL, 2005, p. 12) surgem como "ilhas de prosperidade" do agronegócio frente à marginalização de outras áreas, muitas delas vizinhas à essas regiões, espalhadas no território nacional.

Elias e Pequeno (2006) apontam para a consolidação do Agronegócio como formador das chamadas redes de produção agropecuária. Estas são responsáveis pela reestruturação do setor agroindustrial a partir da articulação com a economia internacional via grandes corporações.

Observando as transformações no espaço rural brasileiro marcado pela expansão e consolidação da produção capitalista como elemento predominante nos novos desenhos territoriais, percebe-se as razões da marginalização e da exclusão.

Ao mesmo tempo em que os processos de modernização agropecuária e agroindustrialização passam a dominar as relações de trabalho e produção no campo em detrimento da pequena produção familiar e daqueles que efetivamente sobrevivem do trabalho no campo, um movimento de resistência, sobretudo daquelas populações em áreas excluídas, começa a surgir no cenário rural⁵. Vários trabalhos em Geografia Agrária destacam essa realidade (FERREIRA, 2000, p. 70-71).

E, no que diz respeito ao apoio à agricultura familiar, isso poderia representar um equívoco do ponto de vista de muitos teóricos que compreendem que a subordinação total agricultor à produção capitalista e ao mercado o tornaria ou um "proletário rural" ou um empresário rural.

Para muitos que orientam a política agrária no Brasil e para a grande parte dos teóricos neo-clássicos e marxistas que se ocupam com a problemática rural, o apoio ao pequeno produtor familiar é caminho totalmente equivocado, a-histórico, saudosista, contrário a toda evolução moderna da agricultura. O futuro da agricultura, segundo esses autores, para assegurar economia de escala e a incorporação da moderna tecnologia de exploração rural, necessita grandes empresas de exploração e grandes áreas. Chegou, portanto, o momento de desaparecimento da exploração pequena e familiar, para benefício de toda economia. (LAUSCHNER, 1993, p. 139).

Esse ponto de vista, mencionado pelo referido autor (LAUSCHNER, 1993, p. 139) seria àquele dos que consideram que as políticas agrárias oficiais deveriam apressar a erradicação do pequeno produtor em estruturas fundiárias obsoletas.

Mas muitos outros teóricos⁶ acreditam que a manutenção da exploração familiar com mão-de-obra não assalariada seria um caminho racional para países em desenvolvimento.

Defendendo, assim, medidas do Governo e de toda sociedade em direção à distribuição de terras e apoio econômico à pequena produção, argumentam que o entrave ao desenvolvimento seria justamente a grande exploração com baixa produção por hectare, o que caracterizaria os latifúndios.

Dentro dessa discussão, há teóricos criticam a visão daqueles que focalizam o agronegócio enquanto conjunto de operações de produção, troca e distribuição em forma de cadeias como em Schneider e Blume (2004, p.111) analisando a territorialidade da ruralidade afirmam:

⁴ Destaca-se a participação de empresas como a Bunge, Cargill e ADM que atuando com soja e milho principalmente tem participado do crescimento das exportações de vários municípios desde pólos, conforme Salomão e Seibel (2005, p. 12-13).

⁵ O maior exemplo de resistência está no surgimento de movimentos sociais no campo como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Tal movimento constrói em torno dos objetivos de luta pela terra uma admirável organização e territorialidade no campo mobilizando inúmeros assentamentos no território nacional (inclusive com cooperativas e agroindústrias, além da produção agrícola). Trata-se de uma estrutura totalmente à parte da grande produção capitalista (Ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. *Terra Livre*, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.).

⁶ O autor (LAUSCHNER, 1993, p. 139) usa o caso dos economistas .

Esta perspectiva procura mostrar que são os fatores que implicam a maximização das condições de funcionamento da cadeia de valor frente a uma determinada estrutura de mercado. Em consequência, os estudos buscam conhecer as formas e os métodos de obtenção da produção, a gestão e administração racional das transações daí decorrentes, as trocas mercantis e os ganhos financeiros auferidos. Por isso, ocorre um deslocamento do foco das ações, relações e interações dos indivíduos, empresas e instituições que atuam no rural para a esfera da agropecuária. Trata-se, desse modo, de uma percepção que tende a associar e reduzir o rural à agricultura ou à produção agropecuária *lato sensu*, restringindo o debate a esta alçada. (SCHNEIDER e BLUME, 2004, p. 111).

Não se quer aqui adotar uma abordagem do agronegócio nesse sentido, mas sim compreender os resultados dessas ações na realidade espacial. O território adquire novas configurações delineadas pelos processos produtivos no meio rural.

Estes orientam, inclusive, as políticas de desenvolvimento regional. O fato é que está colocada uma realidade que deve ser analisada. Se o foco no rural perpassa pelos conceitos adotados por abordagens econômicas (e também dos estudos de administração e gestão do agronegócio) esta pode ser devidamente filtrada por um olhar geográfico que considere todos os efeitos no espaço rural (danosos inclusive, como sociais e ambientais) da produção do conjunto econômico. Considerando historicamente os processos envolvidos abre-se um enfoque bem menos restritivo.

Partindo da idéia da existência de uma “agricultura científica e globalizada”, que aliena o território Santos (2002, p. 88-94) examina o caso brasileiro dando conta que a modernização agrícola revelou a vulnerabilidade das regiões agrícolas modernas diante da “modernização globalizadora”.

Essa dinâmica seria realidade na maior parte dos Estados do Sul e do Sudeste e no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e em manchas isoladas em outras unidades da federação brasileira.

Em relação à participação regional de forma desigual no modelo de desenvolvimento agropecuário e agroindustrial adotado, desde os anos de 1980, políticas públicas tentam incorporar novas áreas.

Nesse sentido, por exemplo, o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural – PNDR, implementado no final dos anos 1980, teve a tarefa de complementar o volume de inversões de capital para a modernização da produção rural (FONSECA e GONÇALVES, 1995, p.33-36). Nesse caso específico destacou-se a participação do Centro-Oeste além de algumas outras áreas em outras regiões, que foram beneficiadas.

Essa tentativa de dinamizar e propagar a modernização da produção agropecuária não alcançou, desse modo, todo território. Isso demonstra que as iniciativas públicas permanecem condicionadas às necessidades de expansão capitalista, calcada numa ordem econômica internacional, onde a seletividade dos investimentos é regra.

As lógicas exógenas da produção econômica global comandariam. Sendo assim, a competitividade mundial levaria ao surgimento, a qualquer momento, em outras áreas (do país ou do continente) de novos movimentos de capitais, relações de comércio, transporte, serviços, ligados à produção e ao mercado global. Os investimentos em novas regiões agrícolas se processariam sem o conhecimento de cada área específica, ou seja, do local.

Cabe perguntar, nessas circunstâncias, o que pode acontecer a uma área agrícola que, mediante um desses processos, seja esvaziada do seu conteúdo econômico. Que acontecerá, por exemplo, às novas áreas da agricultura globalizada do estado de São Paulo no caso da mudança internacional da conjuntura da economia da laranja, do açúcar ou do álcool? E como, diante de tal mudança, poderão reagir a região, o estado de São Paulo e a nação? (SANTOS, 2002, p. 93).

Sob essa perspectiva tem-se (ainda de acordo com SANTOS, 2002, p. 93-94) uma diversidade regional que não pode ser controlada pela sociedade local ou nacional. Se territorializar-se hoje implica na ação e no controle de fluxos e no estabelecimento e comando de redes (HAESBAERT, 2004, p. 301), o controle das redes de produção, circulação e comercialização das atividades agropecuárias e agroindustriais pelas decisões externas constituiria uma territorialidade extremamente complexa do espaço rural.

Grupos econômicos internacionais seriam responsáveis por uma territorialização (e des-territorialização) atuando diretamente (por meio das empresas que exploram o rural) selecionando e excluindo áreas segundo seus interesses e a conjuntura econômica. As políticas públicas de desenvolvimento atuam então condicionadas.

Ainda que exista esse “comando externo”, os direcionamentos da evolução da agricultura moderna e da agroindustrialização remeteram a uma territorialidade na expansão das atividades agropecuárias (e agroindustriais) que apesar de concentradora e seletiva apresentava-se organizada. Havia a clara tendência de utilizar das terras ao máximo, aproveitando, quando a tecnologia permitia, as áreas que suprimiriam a demanda de crescimento. A evolução do complexo soja nos anos de 1970 marca bem essa constatação.

A cultura do soja, num momento de crise econômica, quando o Brasil se viu onerado por elevada dívida internacional e procurou produzir artigos de grande aceitação no mercado externo, teve uma grande expansão. Como, na conjuntura atual, ela vem obtendo preços elevados, o Governo procura estimular a sua produção visando a exportação, ocupando grandes áreas nas Regiões Sul – Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina – Sudeste – São Paulo – e no Centro-Oeste – Mato-grosso do Sul - , sendo atualmente cultivada também na Bahia. (ANDRADE, 1977, p. 76).

Por essa afirmação nota-se que a ocupação com a atividade agropecuária moderna tem sido efetuada a partir do avanço dessas novas relações capitalistas de produção e de trabalho no campo, na qual o processo econômico constrói se território considerado “moderno”, desterritorializando a antiga ocupação considerada “atrasada”. E se o rótulo de “moderno” está, nesse sentido, com as propriedades utilizadas na grande produção (no caso para exportação) àqueles que aí não estão incluídos resta dirigirem-se às cidades, participarem de novas frentes pioneiras (SANTOS, 2002, p. 90), ou acabarem como componentes da população socialmente excluída (HAESBAERT, 2004, p. 323-324).

De outro lado, uma “nova classes” de agricultores cresce em meio ao desenvolvimento agroindustrial: os pequenos produtores familiares vinculados à agroindústria (OLIVEIRA, 1990, p. 27-31). Estes, em algumas atividades e cadeias produtivas como na sericultura⁷ conseguem manter-se com o trabalho familiar a sua produção, mas acabam por ser submetidos, numa relação de dependência, à empresa compradora, que instrui todo processo de produção. No caso de outras relações contratuais com agroindústrias, como suínos e avicultura, a estrutura de produção acaba dificultando, em uma escala maior, que a produção seja familiar. O produtor acaba tendo que contratar mais trabalhadores, o que confirmaria a adoção da visão de “empresa rural”, no caso vinculada a uma agroindústria. Grandes empresas do setor como Sadia e Perdigão observam vantagens na experiência de pequenos produtores que cada vez mais estariam dispostos a investir para manterem-se competitivos na atividade (DALLA COSTA, 1998, p. 62).

O espaço rural brasileiro configura-se, assim, no foco do chamado “agronegócio” onde as atividades agropecuárias têm caráter empresarial e os trabalhadores (camponeses, agricultores familiares ou mesmo sem-terra) ficam submetidos ao racionalismo da produção. Nessa lógica não haveria lugar para questões essenciais ainda não resolvidas, como a estrutura fundiária e reforma agrária. Todos os envolvidos⁸ nas atividades agropecuárias se vêm também envolvidos na competição econômica. Essa competição no território é também regional.

As diferentes economias regionais dentro da economia brasileira se especializaram na exportação de produtos locais devido às vantagens comparativas, utilizando distintas estratégias na busca de melhor desempenho na comercialização de seus produtos. As economias regionais fora da Região Sudeste apresentaram melhor desempenho no setor agropecuário e nos setores a ele relacionados, tais como: máquinas e equipamentos, insumos modernos, e transformação e beneficiamento de produtos. (SEREIA, NOGUEIRA; CAMARA, 2002, p. 48).

⁷ A autora Oliveira (1990) utiliza o caso da sericultura que permite ao pequeno produtor utilizar-se da mão de obra familiar somente, no cumprimento das tarefas básicas de produção sob orientação da empresa a qual mantém relações contratuais. Na prática o que se vê é o produtor (e sua família) atuando quase que como um empregado da empresa, ainda que em muitos casos (como cita a autora) há realmente um aumento de renda.

⁸ Mesmo a produção em assentamentos rurais (como do MST) acaba visando e atingindo o mercado. A luta pela terra termina com o início de uma nova luta, para sobrevivência e viabilidade da atividade nas relações capitalistas.

A região Sul, em especial o Paraná, caracteriza por área agropecuária por excelência, onde o processo de modernização tecnológica ocorreu de modo intenso. Os incentivos fiscais de vários programas estaduais e federais beneficiaram, nesse processo, empresas esmagadoras de grãos e processadoras de óleos e farelos (FONSECA e GONÇALVES, 1995, p. 32).

É importante enfatizar que a economia de estados como o Paraná, apesar de evoluir à margem da concentração econômica no Estado de São Paulo, mas dentro da grande área de investimentos do setor agropecuário e agroindustrial: o Centro-Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As primeiras observações acerca da dinâmica agroindustrial no Brasil e no Paraná indicam o efeito dominante das lógicas globais de produção e acumulação. O caso paranaense é representativo, uma vez que materializa as relações e processos espaciais da produção agropecuária e agroindustrial controlada por grandes grupos econômicos internacionais representados pelas empresas globais.

No território brasileiro e, em particular, no Paraná, as empresas multinacionais que operam como o chamado “agronegócio” comandam os rumos da produção regional. Uma forma alternativa das políticas públicas equilibrarem o jogo de forças desse setor caracterizado por concentração e pela presença maciça de empresas de capital estrangeiro, favorecendo, ao mesmo tempo, o crescimento econômico regional sem prejudicar o dinamismo da produção regional seria apoiar iniciativas do capital nacional, como no caso das cooperativas agropecuárias. Essa seria uma das hipóteses a serem investigadas.

Não se pretendeu aqui esgotar o tema e sequer aprofundar demasiadamente a discussão, mas sim demonstrar alguns aspectos relevantes do papel das grandes corporações que atuam no setor agroindustrial.

O território brasileiro tem sido alvo de altos investimentos de grandes empresas do Agronegócio que, por seu caráter global, atuam no sentido de expandir horizontal e verticalmente os espaços de acumulação desse grande capital internacional, de forma concentrada e seletiva.

O resultado é uma reestruturação produtiva agropecuária e agroindustrial orientada por essa lógica global em que as decisões locais são submissas aos ditames de uma agricultura científica e globalizada, nos dizeres de Milton Santos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel C. de. **Agricultura e capitalismo**. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1977.

BECKER, Bertha K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. 3ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. T

BELIK, Walter. Agroindústria e reestruturação industrial no Brasil: elementos para uma avaliação. **Economia**, Curitiba, n. 18, p. 121-136, 1994.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. Subdesenvolvimento globalizado: a resultante das escolhas da política econômica brasileira dos anos noventa. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 106, jan./jul. 2004, p. 7-28.

CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana M.; NABUCO, Maria R. **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DALLA COSTA, Armando. Agroindústrias brasileiras e sua estratégia de ocupação do território nacional. **Geografia**, Rio Claro, vol. 23, nº 3, dez. 1998, p. 39-64.

DELGADO, Guilherme. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp/Ícone, 1985.

DIAS, Leila Christina. Redes eletrônicas e novas dinâmicas do espaço brasileiro. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

EGLER, Cláudio A. G. A questão regional no Brasil. In: BECKER, Berta K. et alli. **Geografia e meio ambiente no Brasil**, 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (Orgs.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas sócioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Dinâmica sócio-espacial das cooperativas agropecuárias no contexto do complexo agroindustrial**: o caso da Cocari, Mandaguari-PR. Maringá: UEM (Dissertação de Mestrado), 2000.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. O mundo rural sob o ponto de vista geográfico. **Geografia**, Rio Claro, Vol. 25 (1): 55-79, abril 2000.

FONSECA, Maria da Graça Derengowski; GONÇALVES, José Sidnei. Financiamento do investimento da agroindústria e agropecuária: análise de dois planos governamentais recentes. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 25, n. 6, jun. 1995, p. 31-47.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2004.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KAGEYAMA, Angela (coord.). **O novo padrão agrícola brasileiro**: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. Campinas, s.n. 1987.

LAUSHNER, Roque. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1993.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. Cenários do agronegócio do Paraná: restrições e oportunidades. **Análise Conjuntural**, v. 20, n. 7-8, jul./ago. 1998, p. 3-11.

ROCHA, Márcio Mendes. Complexo industrial. **Revista Unimar**, Maringá, v. 12, nº 2, out. 1990, p. 237-242.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991.

SALOMÃO, Alexa; SEIBEL, Felipe. Os 10 novos pólos do agronegócio. **Exame**: guia agronegócio. São Paulo, n. 849, p. 9-15, ago. 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Por uma outra globalização**. 9ª ed. São Paulo: Record, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 6ª ed. São Paulo: Record, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; BLUME, Roni. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 107, p. 109-135, jul./dez. 2004.

SEREIA, Vanderlei José; NOGUEIRA, Jorge Madeira; CAMARA, Márcia Regina Gabardo da. As exportações paranaenses e a competitividade do complexo agroindustrial. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 103, p. 45-59, jul./dez. 2002.

SIFFERT FILHO, Nelson; FAVERET FILHO, Paulo. O sistema agroindustrial de carnes: competitividade e estrutura de governança. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 5, nº 10dez. 1998, p. 265-297.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de.; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia**: conceitos e temas. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STORPER, Michal. Territorialização numa economia global: possibilidades de desenvolvimento tecnológico, comercial e regional em economias subdesenvolvidas. In: LAVINAS, Lena. CARLEIAL, Liana M.; NABUCO, Maria R. (orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1994.

THERY, Hervé. Retrato cartográfico estatístico. In: SACHS, Ignay; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sergio. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ZEFERINO, Augusto César. Análise da localização espacial dos investimentos multinacionais no Brasil. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 16, nº 2, out., 1991.